

# LITERATURA, HISTÓRIA E IDENTIDADE NACIONAL

*Sandra Jatahy Pesavento\**

*H*istória e literatura apresentam caminhos diversos, mas convergentes, na construção de uma identidade, uma vez que se apresentam como representações do mundo social ou como práticas discursivas significativas que atuam com métodos e fins diferentes. A identidade, por sua vez, é um processo ao mesmo tempo pessoal e coletivo, onde cada indivíduo se define em relação a um “nós” que, por sua vez, se diferencia dos “outros”. A idéia é a de que os brasileiros têm vivido de costas para a América Latina, e a construção imaginária de sua identidade nacional não passa pelo endosso de uma aceitação de latino-americanidade. Os argumentos para esta reflexão foram buscados no discurso histórico e na narrativa literária brasileira que se têm construído ao longo dos anos.

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tomando como base de referência o quadro geral da crise dos paradigmas explicativos da realidade, que colocou na ordem do dia a discussão sobre o estatuto do saber científico no âmbito das ciências humanas, entendemos como superadas as divisões entre o real e o não-real, ou entre a objetividade do mundo real e a subjetividade das construções imaginárias<sup>1</sup>. A clássica maneira de ser da história – construção de um saber com estatuto de ciência e objetivando a verdade – é substituída por outra, na qual as fontes, matéria-prima da história, são consideradas “indiciárias” daquilo que poderia ter sido e com as quais o historiador constrói sua versão.<sup>2</sup> Neste caso, a história se reveste de uma função de criação, ao selecionar documentos, compor um enredo, desvendar uma intriga, recuperar significados.

Estariamos, pois, diante da presença da ficcionalidade no domínio do discurso histórico, assim como da imaginação na tarefa do historiador. Não há dúvida de que o critério de veracidade não foi abandonado pela história, assim como também seu método impõe limites ao componente imaginário. O historiador continua tendo compromisso com as evidências na sua tarefa de reconstruir o real, e seu trabalho sofre o crivo da testagem e da comprovação, mas a leitura que faz de uma época é um olhar entre os possíveis de serem realizados.

Entretanto, uma coisa seria a “passeidade” daquilo que ocorreu um dia, revestido de um caráter único, de um conjunto de fatos acontecidos e impossíveis de serem reconstituídos na sua integridade. Outra coisa seriam os fragmentos ou testemunhos desta passeidade que nos chegam e que chamamos de fontes e já se constituem numa representação, numa leitura daquilo que se passou. Nesse contexto, a tarefa do historiador contemporâneo seria construir, por sua vez, uma representação plausível a partir das representações feitas, compondo a sua versão sobre a “passeidade”. Decorre daí que o seu discurso se configura como uma possibilidade combinatória de elementos. Logo, a história só se realiza no campo da representação, tanto de quem participou dos eventos do passado e deles deixou um registro, quanto de quem, no presente, busca recuperar aquelas fontes e delas fazer uma releitura. Neste sentido, a história teria a tarefa de reimaginar o imaginado, oferecendo uma leitura “plausível” e “convicente” do passado. Portanto, sob este enfoque, o mais condizente com o propósito

---

<sup>1</sup> Conforme a consideram: Roger Chartier. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

<sup>2</sup> Cf. Carlo Ginzburg. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

de uma nova história cultural seria substituir o critério da “veracidade” pelo de “verossimilhança”.

Por outro lado, pode-se dizer que o discurso literário, consagradamente tido como o campo preferencial de realização do imaginário, comporta, também, a preocupação da verossimilhança. A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites de criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos ao historiador.

Como se refere Ricoeur<sup>3</sup>, o discurso ficcional é “quase história”, na medida em que os acontecimentos relatados são fatos passados para a voz narrativa, como se tivessem realmente ocorrido. Sem dúvida, a narrativa literária não precisa “comprovar” nada ou se submeter à testagem, mas guarda preocupações com uma certa refiguração temporal, partilhada com a história. Dando voz ao passado, história e literatura proporcionam a erupção do ontem no hoje. Esta reapresentação daquilo que “já foi” é que permite a leitura do passado pelo presente como um “ter sido”, ao mesmo tempo figurando como o passado e sendo dele distinto.

Da mesma forma, pode-se dizer que, para a literatura, a veracidade se encontra na busca de contextualização.

Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta. Ou seja, a leitura da literatura pela história não se faz de maneira literal, e o que nela se resgata é a representação do mundo que comporta a forma narrativa. Aliás, pode-se argumentar que, segundo estas posturas, a história também não é passível de uma leitura literal, sendo ela também uma representação do real e comportando, pois, a atribuição de um sentido<sup>4</sup>.

Tomemos, contudo uma questão central: a da construção da identidade nacional brasileira através dos discursos literário e histórico como uma não-identificação com a latino-americanidade.

Fazendo uma análise retrospectiva, tentar-se-á acompanhar, ao longo do tempo, o processo de construção de uma comunidade de sentido<sup>5</sup>.

Uma das principais constatações que é possível fazer ao longo deste trajeto é o empenho, tanto por parte da literatura quanto da história, de

<sup>3</sup> Ricoeur, Paul. *Temps et récit*. 3 v. Paris: Seuil, 1993.

<sup>4</sup> Para uma discussão sobre o entrecruzamento da literatura com a história, consultar: Flávio Aguiar e Ligia Chiappini (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993.

<sup>5</sup> Na análise da identidade nacional, consultar os estudos: Lúcia Lippi Oliveira, “Modernidade e questão nacional”, in: *Lua Nova*, n. 20, São Paulo, Marco Zero, maio 1990, e *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. Ortiz, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

compor uma construção do real de forma a torná-la crível, desejável, aceita.

Sem dúvida, é a história que articula uma fala autorizada sobre o passado, recriando a memória social através de um processo de seleção e exclusões, onde se joga com as valorações da positividade e do rechaço. Há, pois, um componente manifesto de ficcionalidade no discurso histórico, assim como, da parte da narrativa literária, constata-se o empenho de dar veracidade à ficção literária. Naturalmente, não é intenção do texto literário provar que os fatos narrados tenham acontecido concretamente, mas a narrativa comporta em si uma explicação do real e traduz uma sensibilidade diante do mundo, recuperada pelo autor.

Um segundo ponto a destacar nesta retrospectiva cruzada da história com a literatura diz respeito à ambigüidade ou “estribismo do olhar” sempre presente na realidade brasileira, que comporta o dilema identitário da tensão entre o universal e o específico. Em outras palavras, uma grande questão foi sempre esta: como ser tributário de uma cultura universal e como ter também uma expressão própria e original.

Por outro lado, se a construção imaginária de uma identidade implica uma atribuição de sentido, este encadeamento de sentido, no caso brasileiro, seria dado não apenas na articulação espaço e tempo, que resgataria as dimensões da natureza/meio e da história, mas pela possibilidade de compatibilização da diversidade na unidade. Nação-continente, a identidade brasileira seria dada pela integração do múltiplo, pela capacidade ou não de absorção dos elementos díspares e aparentemente caóticos numa nova totalidade de referência. É preciso afirmar que esta totalidade não é a América Latina, é o Brasil que se visualiza como o conjunto significativo em si próprio, ao mesmo tempo distinto dos hispano-americanos e dos europeus. Poder-se-ia contra-argumentar que há uma situação concreta e histórica de semelhança com o restante da Latino-América, porém, as representações do mundo social não se medem pela sua veracidade, mas pela sua credibilidade, aceitação e capacidade mobilizadora. O Brasil não é a América Latina por que não se identifica com aqueles traços que lhe são peculiares e porque se vê como diferente, em tudo “mais” e “melhor”...

Trata-se ainda de uma construção do imaginário coletivo que não pressupõe a integração social. No contraponto identidade/alteridade e na identificação de um “modo de ser” próprio, o “outro” ora é o Primeiro Mundo, como um horizonte de chegada a ser atingido, ora são os subalternos e/ou marginais, presença desagradável para as elites, a revelar tenazmente os problemas nacionais não-resolvidos.

A questão, a rigor, já se encontrava posta para a “primeira geração nacional”, empresária da independência e tributária do pensamento ilustrado

européu. Os discursos literário e histórico têm vozes de enunciação múltiplas, mas, na medida em que se expressam relações de poder – o poder mágico da palavra de enunciar o real e tornar a formulação aceitável pelo corpo social –, é justo nas camadas privilegiadas da sociedade que vamos encontrar a formulação da identidade. Herdeira do século das luzes, aquela geração assistiu à desagregação do sistema colonial e viu-se em face da necessidade de construir uma nação. Era preciso “criar” o Brasil e o sentimento de pertencimento à nova comunidade. Natureza, razão, liberalismo, solidariedade, onde encontrá-los? O que o Brasil esbanjava em natureza faltava em razão e pragmatismo científico. Logo, a tarefa que se impunha era dar a conhecer o país e suas possibilidades, de forma a integrá-lo na civilização ocidental. O resultado foi um esforço científico de autoconhecimento, dado tanto pela introdução da literatura européia quanto pela realização local de estudos sobre o meio, algo moderno e adequado aos interesses da elite rural. Diante de um mundo colonial fragmentado, a elite do cento-sul, cafeeira, impôs, por coerção e consenso, a centralização monárquica. Desde então já se tinha uma especificidade a preservar: Brasil, única monarquia da América Latina frente a multiplicidade de repúblicas do mundo colonial de herança hispânica. Animada por uma visão cosmopolitana, a elite agrária escravista via na Europa o padrão de referência e na América Latina o modelo a ser evitado.

Embora um vago “americanismo” pudesse ser percebido na poesia de um Basílio da Gama, “Uruguai”, a consciência de pertencer à América não implicava identificação com as demais nações sul-americanas.

Da mesma forma, se um crítico como Antonio Candido afirma que, desde os primórdios, a literatura brasileira e latino-americana estavam marcadas pelo compromisso com a vida nacional<sup>6</sup>, tais similares de engajamento não representavam maior identificação entre os seus portadores. Uma coisa é o olhar do crítico, *ex-post*, sobre o autor do discurso, outra é a consciência ou a intenção deste ao escrever.

Neste sentido, constrói-se pouco a pouco um ensaio de representação do Brasil, de onde é varrida a palavra “criollo” como correlato do “nacional”. Nacionais – os cidadãos brasileiros – seriam os elementos da elite branca e civilizada, escravista e proprietária de terras, que via no endosso seletivo do liberalismo a forma de preservar os seus privilégios diante do Estado

<sup>6</sup> Antonio Candido de Mello e Souza. *Formação da literatura brasileira*: Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, v. 1. Artigos de Antonio Candido, Carlos Guilherme Motta, Michel Dehun e Alfredo Bosi na revista: *Estudos Avançados*, 4, 8, São Paulo, USP, jan./abr. 1990.

Nacional nascente. Os cidadãos formavam uma comunidade política perante o Estado. “Criollos” seriam os negros, a maioria da população, que não era contabilizada em termos identitários. Nesta medida, o discurso de um José Bonifácio, um Hipólito da Costa ou um Evaristo da Veiga esteve empenhado em estabelecer uma tutela paternalista e ilustrada sobre uma população bárbara, salvando o país da erupção das massas, da caudilhagem e do fracionamento latino-americano. Os ideais bolivarianos passariam, assim, ao largo de uma elite interessada no fortalecimento de sua proposta de integração nacional em torno do poder central e na imposição de uma integração interna entre a própria elite.

A geração romântica que se seguiu imbuíu-se com mais clareza da tarefa de criar um imaginário social sobre o Brasil, articulando as categorias de tempo e natureza, mas desprendendo-se da razão iluminista. Embora o romantismo se volte para o específico e o singular, que dariam o tom original brasileiro no contexto da civilização ocidental, seu padrão de referência é ainda a Europa. Na falta de um passado clássico ou de uma Idade Média, José de Alencar vai idealizar o substrato nativo, nas trilhas do indianismo romântico que permite criar o “mito das origens” para o Brasil. Da loura Ceci com o índio Peri nascia, das páginas de *O Guarani*, um Brasil lusotropical, voltado para si mesmo e que edulcorava a saga da conquista. A positividade das virtudes do índio era afirmada como compensação simbólica diante da carência das tradições históricas que a Europa esbanjava. Romantizado o contato com o homem branco, como bem demonstra o *love affair* entre Iracema, “a virgem dos lábios de mel”, e o lusitano Martim, a literatura recriava o passado. Ao recuperar elementos concretos da formação brasileira – a mestiçagem – realizava neles um deslizamento de sentido. A mestiçagem biológica que acompanhava a conquista era mediatizada pelo amor, e a força das armas cedia ante a afeição sincera que enobrecia mais ainda a figura do branco dominador. O resultado é uma recriação imaginária distante das condições concretas da existência, mas que não invalida a sua força enquanto representação. A leitura do real feita pelo texto literário era dotada de uma alta carga de positividade para a elite branca e escravista e se apresentava como plausível e conveniente. Enfim, o Brasil tinha um passado de que se orgulhar, distante do caráter de verdadeira operação militar realizada contra os índios que individualiza a América Hispânica. Por outro lado, a menção a uma América como pano de fundo para a performance brasileira, encontrada na prosa e poesia romântica, não constitui um horizonte para a construção da identidade nacional.

O complemento destas representações de identidade criada pela literatura seria dado pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro em 1838, que se incumbiu da tarefa de constituir a fala autorizada sobre o passado: construir uma memória nacional, homogeneizar as diferenças e fornecer marcos de referência para os cidadãos. A obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, historiador de maior vulto para o período, é marcada pela presença unificadora do Estado monárquico e a legitimidade da elite branca, culta e escravista no comando do país. São eles os intérpretes da nação, comunidade abstrata, e do povo, designação genérica que, na prática, só dava voz aos privilegiados. A história brasileira rendia respeito à velha Europa, “mãe da América”, e repudiava o “caboclisto”, entendido como a forma de incorporar as aspirações dos subalternos ao projeto nacional. Varnhagen assumia a posição elitista de defesa do europeu no processo colonizador, revelando o conteúdo de ficcionalidade presente na narrativa histórica: o autor tanto seleciona da “passividade” os elementos a serem resgatados quanto atribui um julgamento explícito às ações sociais (a conquista é justa, a insubordinação deve ser punida, a escravidão é válida).

Recriando o real, literatura e história constroem uma identidade para o país onde a legitimação da supremacia luso-brasileira é dada ora pela idealização romântica da dominação, ora pela sua “natural” superioridade, perspectiva que se desdobra na também “natural” submissão dos índios e dos negros. Mesmo o romantismo tardio de Castro Alves, que resgata a figura do negro como mártir do cativo, não implica um desvio daquele processo mental. Antes revela um ajuste de contas da sociedade brasileira com o seu tempo, redimida da nódoa da escravidão pelo abolicionismo. Ou seja, exaltando o negro, como já o fora o índio por Gonçalves Dias (*I-Juca Pirama*), a poesia romântica celebra de fato a superioridade dos brancos. Mas os índios e negros “não fazem história”, são excluídos de um processo narrativo como atores sociais, tal como se desprende dos compêndios da época. A rigor, as populações dominadas e subalternas iriam constituir não o substrato de uma identidade nova e, portanto, pertencentes à comunidade simbólica que integra o “nós”. Seriam aquele “outro embaixo da cama” de que fala Roberto Schwarz, presença incômoda a lembrar cotidianamente à elite sua dívida para com o passado colonial.

Neste sentido é que, retomando o entrecruzamento da história e da literatura, resgatamos um forte elemento de ficcionalidade na história e um empenho em atribuir veracidade à ficção da narrativa literária.

A indignação de Bolívar e Sarmiento para a Hispano-América – O que somos? – tinha como referencial a mestiçagem, vista como virtualidade de libertação. No Brasil de herança lusa, o coletivo não engloba os dominados nem pressupõe interação social. Aponta-se para o Brasil que se quer, e não para o Brasil que se tem, princípio que se tornaria ainda mais

claro na geração seguinte, imbuída de preocupações realistas e científicas.

A chamada “geração de 70” expressou, no final do século XIX, um novo pensar em termos nacionais.

Imbuída das teorias européias de Darwin, Spencer, Comte, Taine, Renan, esta geração buscava o universal de forma explícita, assumindo um cosmopolitismo declarado: o Brasil deveria acertar o passo com a história, ingressando na modernidade de seu tempo. A Europa fornecia o padrão de refinamento civilizatório e de patamar cultural. Dela vinham as idéias, a moda, as novas técnicas, e o Brasil precisava acompanhar o trem da história, nem que fosse no último vagão... A alteridade estava posta de forma inquestionável: ela estava do outro lado do oceano, onde o Brasil buscava os seus padrões de referência e colocava o seu horizonte.

É bem verdade que, no terreno da literatura, Machado de Assis, com sua lucidez, defendia um “instituto de nacionalidade” equidistante do localismo redutivo e do cosmopolitismo deslumbrado e inconseqüente. A construção literária poderia atingir o universal pelo tratamento dos temas particulares e regionais, sem que com isso se empobrecesse. Todavia, o olho com que Machado enxerga o país – ver o universal no local – não pode ser generalizado para os demais membros de sua geração. Em suma, Machado não foi o padrão usual...

Era preciso, de forma geral, dar sentido ao que era caótico e controvérsico e enquadrar o Brasil dentro dos critérios científicos e artísticos de sua época. Entretanto, não bastava constatar ou afirmar a diferença, era preciso explicá-la e, se possível, indicar prováveis vias de superação da notória defasagem. A resposta encontrada seguiu os parâmetros do substrato científico de sua época, expresso no darwinismo, no positivismo e no evolucionismo spenceriano: o Brasil era diferente em função do meio e da raça. Se, por um lado, tais parâmetros explicavam a superioridade da civilização européia ocidental, por outro lado condenava-se o país a um aparentemente irremediável atraso. Um meio adverso e a notória mestiçagem pareciam não apenas explicar o caráter do povo – indolente, avesso ao trabalho –, como imprimia uma conotação pessimista com relação ao futuro da nação.

As obras de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues são, neste caso, sintomáticas para clarificar e “posição científica” que legitimava a supremacia da elite branca e lamentava os efeitos deletérios da miscigenação com o negro e o índio. Versão literária do racismo encontra-se em *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, no qual se narra a degenerescência do imigrante português em face do contato com o meio tropical e a raça “amestiçada” do país.

Entretanto, nem esta constatação dolorosa serviria para unificar “por baixo” com um sentimento latino-americano. O reconhecimento da mestiçagem, que poderia implicar uma atitude de identidade para com as nações de herança colonial hispânica, apontou para outros rumos. Por vezes descambou para a absoluta implausibilidade, como as explicações pseudo-científicas que apontavam para a “evolução natural” do povo brasileiro, que da mestiçagem chegaria à arianização! Sem perder o cunho racista e pessimista quanto aos elementos negro e índio, Oliveira Vianna (*Evolução do Povo Brasileiro*) jogava para o futuro a redenção da trajetória mestiça.

Outros, como Joaquim Nabuco, reconheciam o problema e admitiam a necessidade de incorporar os egressos da escravidão à sociedade, como cidadãos, mas propunham para isso soluções ingênuas e incompletas, como a educação.

Usando os óculos do realismo para chegar ao verdadeiro Brasil, proporcionava-se o mal-estar da incômoda revelação da realidade nacional, que, na passagem do século XIX para o XX, jogava no mercado de trabalho em formação os egressos da senzala, os caboclos nacionais e os imigrantes europeus, numa hierarquia de aceitação que associava o elemento branco estrangeiro como o motor da regeneração nacional.

O que fazer com este Brasil revelado tão cruamente pelas teorias científicas? Sem dúvida, este era um problema posto para a elite branca que recusava identificar-se com as camadas populares e que não se sentia “irmã” da América índia. De costas para a América Latina, com sua massa indígena e seus problemas, a elite brasileira se colocava “acima” do determinismo racial e endossava prazerosa os padrões estéticos e tecnológicos europeus. Se a Hispano-América tinha os seus índios, o Brasil tinha negros e mulatos de sobra. Por que buscar a fraternidade da miséria que igualava pelo infortúnio se a elite se considerava tributária da cultura ocidental?

Caso à parte corresponderia a visão de Manoel Bonfim, marcada pela concepção de que o Brasil integrava a América Latina e que deste dado decorriam os seus “males de origem”: a vinculação com a Europa em termos de subordinação e atraso e o parasitismo social. Sua visão, contudo, não deixava de ser pessimista ou de ter na Europa culta e tecnicada o seu horizonte de progresso. Ou seja, Manoel Bonfim seguiu o cosmopolitismo de vistas de seus contemporâneos, mas, naquilo que é renovador – a identificação do Brasil com a América Latina –, o pensador não teve seguidores.

A visão menos pessimista projetava a solução para o futuro, estabelecendo a construção da nacionalidade como um projeto a ser perseguido. Tal posição mais complacente (ou estratégica) via uma certa positividade naquela realidade fatal da miscigenação. O mestiço era, por natureza, maleável, resistente e dotado de grande capacidade de adaptação. Talvez não fosse preciso esperar os dois séculos de que falava Afrânio Peixoto para o branqueamento total da realidade brasileira para que o país assumisse um perfil aceitável...

Este padrão de comportamento, que trabalha com a identidade brasileira em termos de um “cadinho racial”, foi a saída para romper com a fatalidade da condenação científica da mestiçagem. Ele se encontra presente em Silvio Romero, Manoel Bonfim e Euclides da Cunha, que consideram a miscigenação “renovadora”. Ante a evidência inexorável da realidade, postergava-se para o futuro a regeneração da raça e, com ela, da nação.

O debate destas tendências se encontra de forma explícita em *Canaã*, de Graça Aranha, onde se defrontam o pessimismo racista com o mensagem renovadora da miscigenação. No texto histórico, vamos encontrar os mesmos recursos de criação do real, dado pelo resgate seletivo dos dados associado à convicção de que era possível, através dos documentos, resgatar o passado tal qual ele tinha sido. O embasamento teórico para esta postura foi buscado, num primeiro momento, nas idéias da evolução social e da autoridade das fontes de um Augusto Comte. Posteriormente, a elas juntou-se a influência de Ranke, com suas noções de singularidade dos fenômenos e do fundo moral da história. Desta *mélange* decorreu uma história empenhada em resgatar o real da nação ou, melhor dito, em recriar o real passado segundo as necessidades explicativas do presente de formular uma identidade nacional.

É neste sentido que historiadores como Capistrano de Abreu se voltam preferencialmente para o passado colonial, onde a descoberta e a conquista portuguesa associa o mito da origem à figura do homem branco europeu, de raça superior. É em função da meta de construir o Brasil-real que esta história se desliga do litoral e se volta para o interior, para o desbravamento do sertão, ao mesmo tempo saga heróica do europeu civilizado e realidade plasmante da mestiçagem com o índio. Diga-se de passagem, no plano das representações construídas, o índio era mais fácil de ser absorvido: dissolvia-se mais rapidamente nos traços gerais da população e não trazia consigo o estigma da escravidão. Já os negros...

Bem, os efeitos da miscigenação com os negros iriam dar alguns expoentes da literatura da época, numa refinada ironia do destino diante de uma sociedade que, perpassada pelas idéias científicistas, atribuía

desigualdade biológica às raças. Mas o brilho de um Machado de Assis ou a irreverência de um Lima Barreto, que revelaram com olhar arguto e lúcido as venturas e desventuras do Brasil urbano que transitava da monarquia para a república, operavam como válvula de escape da sociedade branca, que se via obrigada a aceitar os mulatos cultos, na verdade, “negros de alma branca”...

Mas mesmo em Machado de Assis e Lima Barreto, hábeis em desnudar a hipocrisia dos valores e o convencionalismo da sociedade em seu tempo, a ótica é, sem dúvida, a da especificidade brasileira, ou seja, nos magníficos retratos que deixaram da realidade brasileira em que viveram não apontam também para o caminho da latino-americanidade.

Se conseguem expressar um modo de ser próprio do país, indo além do pensamento racista da elite dominante, sua maneira de entender a brasilidade não tem como referência uma trajetória comum. As ambigüidades, as tensões e hibridismos são mais uma vez profundamente “nacionais”. Em suma, a constatação da singularidade interna – a mestiçagem – não foi capaz de deitar raízes para a percepção de uma identidade mais ampla, enquanto totalidade compreensiva do colonialismo e suas seqüelas. Por outro lado, a diferenciação externa, definida pela consciência do outro, vai operar quase sempre com a sedução vanguardista do progresso, da civilização, da cultura superior. Esta é uma referência que, explícita ou não, tem sido uma constante nas diversas reatualizações que o processo de construção da identidade nacional vem sofrendo através dos tempos.

Assim é que a geração modernista que explode em 1922 tem como fonte inspiradora as vanguardas européias e se propõe romper com o que chama de “passadismo”, buscando atualizar o Brasil com o seu tempo. Neste caso, o acesso à modernidade se daria pelo caminho do universal, na busca da autenticidade brasileira. Ou seja, seria pelo cosmopolitismo que se revelaria o Brasil-real resgatado no localismo e não mais dissociado da sociedade. Esta nova brasilidade expressaria um endosso do urbano e do popular como fontes da cultura nacional.

Perseguir o cosmopolitismo e buscar a brasilidade não eram, em si, elementos novos ou propostas inovadoras: considerar formas de pensamentos e de representações anteriores como gastas também não constituía postura original. O brilho da ousadia modernista reside no novo olhar que se dirige para o presente e reinscreve o passado. Os modernistas indicam o caminho para uma redescoberta do Brasil, a partir do caótico mundo urbano que se revela em meio à mestiçagem racial e cultural. Este é, a nosso ver, o seu maior mérito, e não o seu possível conteúdo antiburguês, absolutamente

autóctone e antieuropeu. A originalidade modernista repousa, pois, na caracterização da exuberância antropofágica da cultura nacional, num Brasil que se modernizava e que devorava as suas próprias raízes na nova ordem urbano-industrial.

Fruto de uma vanguarda elitizada, que teve seu epicentro na única verdadeira metrópole do Brasil da época – São Paulo –, o modernismo teve os seus efeitos de difusão pelo país muito restritos. Sua posição é bastante ambivalente, oscilando entre a visão particularizada de uma reduzida elite intelectualizada e a sua proposta de ir ao encontro das massas urbanas emergentes e das verdadeiras raízes da formação brasileira – índios e negros – cujas manifestações no plano cultural os séculos de dominação não haviam podido sufocar. Esta poderia ser uma inflexão nos rumos da construção da identidade nacional que, de uma certa forma, poderia assegurar um mesmo patamar de identificação com a América Hispânica.

Se Macunaíma, “o herói sem nenhum caráter” de Mário de Andrade, vai ser buscado na Venezuela, não parece, contudo, que a América indígena seja o ponto de partida ou a meta de chegada do movimento modernista em si. Preocupados em “dizer o Brasil”, tais referências são, a nosso ver, detalhes.

Este *insight* modernista do Brasil urbano e popular, entretanto, se converteria numa brecha na qual se insinuou a “redescoberta do Brasil”, que teria seqüência nos anos 30. A palavra de ordem era ir em busca de um outro país que se ocultava por trás das aparências. Se, por um lado, o explodir literário que se manifestou no pós-30 respondeu ao esgotamento de determinadas influências culturais, como a francesa, ou à caducidade das teorias raciais do século XIX, por outro lado, também se inseriu no contexto que emergiu da crise de 29 e da Revolução de 30. Em termos de Brasil, as alterações econômicas, sociais e políticas foram dadas pelo esgotamento do padrão de acumulação baseado na agroexportação, na emergência dos setores populares urbanos, na consolidação dos grupos detentores do capital industrial e na derrocada da hegemonia da elite cafeicultora. Estas transformações punham em evidência a necessidade de uma nova leitura do Brasil, à qual corresponde uma nova geração da identidade nacional. A releitura do Brasil inspirava-se na diversidade, na multiplicidade, nos contrastes entre o moderno e o arcaico e o rural e o urbano, pondo em xeque as próprias relações com a Europa. O olhar renovador do modernismo aprofundava-se, e a idéia central da corrente de 30, que se prolongaria nos anos 40, seria a da diversidade cultural.

Estes inventores<sup>7</sup> ou redescobridores do Brasil tiveram o mérito de enfocar a mesma realidade, povo e natureza sob um prisma diferente: Caio Prado Jr., introduzindo a ótica da luta de classes na história, resgatando com o olhar crítico de um marxista as contradições do processo; Gilberto Freire, destacando a positividade da mestiçagem através do mito das três raças; Sergio Buarque de Holanda, na sua busca da “mentalidade”, enunciando a opção pelo popular e pelo urbano como forma de superar o elitismo da formação rural brasileira. Numa terra onde todos são barões, diria Sérgio, ficava difícil pensar o coletivo de solidariedade...

Se estes pensadores representavam, por assim dizer, o viés não literário de representação do real, nem por isso deixam de corresponder àquilo que demarcou Paul Veyne<sup>8</sup> para o ofício do historiador: ele constrói uma temporalidade, recorta e seleciona os dados do real, reinventa o passado. Em outras palavras, estes pensadores do social reconfiguram a identidade da nação segundo os interesses e aspirações da sua época, articulando uma nova representação (ou novas representações) que expressasse a diversidade ocorrida.

Na visão que se constrói, há uma alteração significativa, entre outras, com referência às visões anteriores. Se o pensamento da *belle époque* brasileira remetia para o futuro a solução para os problemas do país, entendidos segundo os critérios raciais vigentes, a seqüência modernismo/movimento de 30 incorpora o progresso numa atualização do tempo. O futuro é o tempo de hoje, é possível ver no presente a positividade da ação e da crítica que impele à ação mobilizadora. É este tempo de agora que dá a medida da modernidade brasileira enquanto *ethos*, pelo entendimento de que o Brasil se insere neste turbilhão de transformações e de que é a partir dele que é possível enxergar uma nova realidade nacional. Neste contexto, a literatura, expressa no que se convencionou chamar “romance de 30”, capta a nação por outros caminhos. Na sua característica de ser, ao mesmo tempo, construção imaginária e alusão ao real, a ficcionalidade literária se permite uma liberdade que a história não ousa encarar. A realidade nacional é assumida na sua condição de complexidade e conflito, da forma mais perceptiva do que aquela apresentada pela narrativa histórica<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Para uma abordagem crítica destes “inventores do Brasil”, consultar a revista: *Novos Estudos*, n. 18, São Paulo, Cebrap, set. 1987.

<sup>8</sup> Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1971.

<sup>9</sup> Consultar a propósito: J. H. Dacanal, L. A. Fischer e J. H. Weber. *O romance modernista*; Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.

Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, são alguns destes nomes que retomam o Brasil numa nova dimensão do real, em que a parte ou o local é subsumido em função do todo. A diversidade e a complexidade brasileira, expressas em naturezas, raça e cultura, realizam a integração do múltiplo, formando a unidade da nação. O tom predominante é o do registro do urbano, ou do Brasil rural que sofre o seu impacto. Até *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, pode ser apreciada por esta ótica: a do Brasil múltiplo, que deve conviver e metabolizar as distorções entre o sertão e a urbe, ou a do autor lúcido, que do centro urbano onde adquiriu cultura reenxerga o interior bárbaro e sofrido.

Sem dúvida que as condições históricas objetivas que se encontram presentes neste repensar do Brasil não são excludentes e, de certa forma, são partilhadas pelas demais áreas de herança colonial da Latino-América. Mas – e aqui talvez se acrescente um dado político de conjuntura – justamente o fato destas novas representações se articularem no bojo de um projeto nacional, a possível solidariedade latino-americana não se constrói. Este é, pois, um dado importante a considerar: o de que a tarefa de “dizer o Brasil” é encampada pelo Estado de forma oficial. Disto decorre que, dos três redescobridores do Brasil anteriormente citados, seja Gilberto Freire aquele que melhor se enquadre na recomposição do pós-30. Gilberto Freire, ao fazer a apologia da mestiçagem, enfatizando o seu potencial criativo e dulcificando o passado por uma visão “compreensiva” e “sensual” das relações entre a casa-grande e a senzala, tornou-se o maior ideólogo do “novo Brasil”. Sua versão da realidade nacional correspondia ao otimismo dos anos 30-40, que parecia encontrar a saída para a modernidade na recomposição da coalizão dominante de classes e acomodando as velhas elites rurais com a nova burguesia urbana nos quadros do estado. A visão classista de Caio Prado Jr. não terá, como é fácil perceber, o prestígio oficial que a versão sofisticada e malandra de Gilberto Freire dá para o entendimento da brasilidade. Em vez de classes, ressalta-se o povo; no lugar do conflito, a acomodação.

Esta visão enunciada será aproveitada pelo Estado Novo que emerge nos anos 30 como a ditadura verde-amarela capaz de conduzir o país rumo a um patamar de auto-suficiência. O nacional-desenvolvimento, enquanto projeto para o país, estabelecia como contraponto da dependência externa a autonomia nacional. Correspondia a uma identidade politizada, que aspirava à revalorização do autóctone da brasilidade.

É justamente a brasilidade e não a americanidade a pedra de toque. O Estado Novo compreende o país como um arquipélago cultural único, distinto, original. Tais peculiaridades não seriam estendidas a um contexto

latino-americano mais amplo. Em síntese, o Brasil é concebido como o maior país da América Latina, ingressava na indústria pesada e não se confundia com o “atraso da Hispano-América”.

Pode-se contra-argumentar que processos nacionais desenvolvimentistas ocorriam também em outros pontos da América Latina, similares àqueles propostos pelo getulismo, e que certas tendências literárias também construíam representações do real com o mesmo perfil. Mas, sendo a nação uma comunidade cultural imaginária ou um universo simbólico de referência, a identidade se configura como um projeto que qualifica o real, transfigurando-o e atribuindo-lhe sentidos preciosos.

Nos anos 50, a vivência dos regimes democráticos do pós-guerra, associada a projetos de desenvolvimento industrial autônomo, acentuaram o viés da singularidade brasileira, mas com um aprofundamento do sentido social. O populismo colocava na ordem do dia a emergência das massas, mas a coligação das esquerdas com a burguesia nacional punha limites à dimensão explicativa do fenômeno. No entrecruzamento da literatura com a história, Jorge Amado e Nelson Werneck Sodrê mostram o Brasil das contradições sob o prisma da inspiração marxista. A matriz inspiradora da interpretação nacional é estrangeira enquanto concepção, mas a análise é voltada para as contradições da sociedade brasileira. Do urbano ao rural, da burguesia ao proletariado, do coronel aos jagunços, as diferenças sociais estão postas, e a recuperação da identidade se dá pela reinterpretação do passado e a compreensão do presente que dá a rota para o futuro desejado: a redenção nacional viria pela distante revolução, só advinda depois da maturação burguesa.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) apregoava a *intelligentsia* engajada politicamente na sustentação do projeto desenvolvimentista, enquanto a Universidade de São Paulo começava a dar seus primeiros resultados em termos de teses interpretativas da realidade brasileira. De Florestan Fernandes a Emilia Viotti da Costa, a especificidade da sociedade escravocrata é revista pela formação marxista, agora liberta de restrições oficiais. Acrescentar-se-ia a contribuição francesa da *École des Annales*, num intercâmbio que fez da USP o centro universitário por excelência do Brasil. Pensava-se numa história social de fundo classista, mas a história global vinculava diretamente o Brasil à Europa, numa totalidade compreensiva sem a intermediação latino-americana.

Perseguia-se a busca renovada do Brasil, que reatualizava em significados a ordenação da realidade passada e atual do país. O Brasil esforçava-se para não ser um eco da Europa, mas sem deixar de ser dele tributário. Condenava-se a ser dela distinto, mas aspirava ser a margem

extrema do Ocidente culto, distinto da “Ameríndia” atrasada... Esta ambigüidade é, na verdade, uma constante na reatualização da identidade brasileira construída a partir dos discursos literário e histórico, da qual o Brasil não podia desvencilhar-se: como incorporar a cultura ocidental, dela se sentir herdeiro e, ao mesmo tempo, formular uma expressão própria e original.

É neste contexto que, no terreno da poesia, o Brasil apresenta a figura de um João Cabral de Mello Netto, com toda a sua obra engajada politicamente e voltada para a especificidade nacional, quando passa a contar com a obra de Ferreira Gullar, inspirada nas vanguardas internacionais que produziu o concretismo. A década de 1950 viu ainda nascer o arrojado *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, em que, ao lado da ousada recriação da linguagem, resgata-se a renovada presença das vanguardas europeias, restaurando a forma épica narrativa da gesta medieval.

Nos anos 60, as dificuldades para a concretização do nacional desenvolvimentismo e a falência dos regimes democráticos desembocaram numa original forma de pensar: articulava-se a teoria da dependência, de origem cepalina, que unificava num mesmo patamar de compreensão as nações latino-americanas. Seria, enfim, a identidade latino-americana que se revelava no contexto brasileiro, irmanando toda a América em face das condições históricas semelhantes?

Enquanto compreensão de um todo a debater-se na relação centro x periferia, a identidade se apoiava na herança colonial que submetia a nação ao mercado internacional, enquanto a alteridade se construía em face do “outro” imperialista. Pensadores do Brasil, como Fernando Henrique Cardoso, visualizaram o passado brasileiro sob este prisma, comparando-o ao das demais nações latino-americanas. Entretanto, o viés mais produtivo, em termos de reconstruir o passado histórico brasileiro, expressou-se numa tendência genuinamente nacional, que resgatava o país na sua especificidade diante do contexto latino-americano.

Atitude discriminatória com relação aos supostos hermanos? Talvez, pois, na suposta identidade, o Brasil pensante se apropriava do arsenal teórico e aprofundava a sua análise peculiar. A preocupação com o nacional levava a rebuscar nas origens do capitalismo brasileiro, na desagregação do escravismo, a especificidade que demarcaria a evolução posterior.

O Brasil intelectualizado mergulhava na análise de si próprio e se apresentava como a totalidade de referência que se distanciava da Hispano-América pela sua peculiaridade: a nação ostentava um viés de acumulação específico (a economia cafeeicultora), a mestiçagem se dera em proporção diferente, a pujança da economia paulista não se comparava à dos demais

centros latino-americanos. Em suma, o Brasil compunha uma expressão própria, bastava-se a si próprio enquanto referência. A espacialização seguia os moldes acadêmicos: a história da América correspondia ao mundo da hispanidade, e a história do Brasil à história genuinamente nacional. Os temas do índio e da revolução não eram incorporados na reinvenção do passado: aqui só havia golpes e negros à beça, permeados pela realidade do subdesenvolvimento.

A rigor, a maior parte da intelectualidade brasileira engajara-se na esquerda, e os discursos histórico e literário manifestavam esta tendência, compondo o que se poderia chamar uma tendência social de representação da realidade brasileira. A poesia de Tiago de Mello, Ferreira Gullar e Affonso Romano de Santana acompanhava esta tendência.

Entretanto, quanto mais a sociedade brasileira se complexificava, mais difícil ficava enquadrar sua produção em termos de um denominador geral. Assim, ao viés predominantemente marxista da narrativa histórica acrescentava-se a contribuição weberiana de Raymundo Faoro, assim como na literatura a vertente social se faz acompanhar pela linha intimista de uma Clarisse Lispector. Permaneceu, contudo, a identificação de que a identidade que se enuncia é a brasileira *sui generis*.

Já na década de 1970, o consumo da literatura latino-americana (Borges, Vargas Llosa, Cortazar) se intensifica, e é possível dizer que há uma correlação enquanto modalidade de pensamentos. A nova narrativa épica rompe com a concepção tradicional do tempo, e nas obras de Guimarães Rosa ou de José Cândido de Carvalho se resgataria o componente mágico e atávico que se vincularia não mais à Europa e ao Brasil urbano, mas ao Terceiro Mundo.

Acerto final de contas, integração da identidade nacional brasileira com a Latino-América ou reponuação temporal da literatura que não se socializa na introjeção de uma nova representação do Brasil?

Mas, no cruzamento entre práticas e representações, o sistema de idéias-imagens que atribuiu uma identidade comum deveria possibilitar a mobilização dos atores sociais – os cidadãos – na sua referência ao imaginário coletivo.

Ousando ir mais além do raciocínio, o que se manifesta, no Brasil contemporâneo, é, mais uma vez, a não-identificação com a Ameríndia, e o sentimento de alteridade se constitui com relação aos vizinhos latinos da América.

Mesmo porque o padrão de modernidade desejado e que se apresenta como o horizonte da identidade nacional é dado pelo contorno urbano, e não o rural brasileiro ou o ameríndio. A positividade da representação está,

mais uma vez, com aqueles elementos que apontam para um futuro possível. Índios e contexto agrário são elementos do passado que, reconfigurados no tempo, reproduzem uma história-exemplo, mas seu desfecho é o presente, liderado pelo Brasil-urbano que se vê diferente e não gosta de ser identificado com a Latino-América.

A abertura política dos anos 80 maior esforço veio dar a esta afirmação da vocação nacional: o “Brasil grande potência” do “milagre brasileiro” dos anos 70 cede espaço a uma nação que busca sair da crise via rota da modernização.

Se a narrativa literária atual pode guardar semelhanças com a latino-americana, mesmo enquanto tema, na medida em que contribui para a atribuição da identidade, a diferença se impõe. Esta diferença é reforçada pelo discurso histórico que, recolhendo as influências européias e norte-americanas de análise, repõe a questão do local a partir das problemáticas universais. Neomarxistas ingleses, nova história francesa e história cultural na sua vertente norte-americana remetem a uma atitude de pensar o Brasil através de suas representações, ou de como as práticas sociais, construídas historicamente, são traduzidas em termos culturais. É neste momento que as diferenças se revelam e se questiona se realmente o Brasil “produziu” uma nação e se o centro-sul tem muito a ver com o norte e o nordeste. Quem são os verdadeiros estranhos, com que construir o sentimento de identidade? No plano da literatura, a obra de João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*, compõe a saga de uma caótica mistura racial e cultural, com sua grandeza e miséria, que conduz à sua formação de um povo... genuinamente brasileiro. Astuto, malicioso, safado, irreverente, misturando o bom coração ao crime, não-ético, mas tendo sua própria escala de valores, não seria este o brasileiro por quem os “outros” se sentem atraídos?

Uma consideração merece ser feita: o sul do país, região fronteira aos países do Prata, onde a identificação é forte. Uma trajetória comum no passado pôs, frente a frente, castelhanos e luso-brasileiros na única zona de fronteira viva. Disputadas pela terra e pelo gado, um mesmo tipo de economia e a interpretação “natural” do contrabando forjaram laços históricos de vizinhança, que oscilavam da guerra à paz, acompanhados por um caldeamento constante entre os povos, detentores de um passado comum. Em síntese, o Rio Grande do Sul é a única zona do Brasil que apresenta um sentimento de pertencimento a uma realidade latino-americana, porém platina. Dela o Rio Grande se sente mais próximo do que o distante nordeste, estranho em hábitos, história e linguagem. Quanto ao Prata, a semelhança de formação histórica, que possibilitou a construção de discursos

assemelhados, forjou identidades muito próximas, baseadas na civilização pastoril e guerreira, apoiada nas virtudes militares, no machismo e nos padrões autoritários de mando.

Na literatura, um mesmo tipo de narrativa épica tornava um Martin Fierro familiar a estes brasileiros do sul.

*Hermanos* seriam mais os argentinos e uruguaios do que os nordestinos...

No cone sul, a regularidade dos processos coletivos vivenciados historicamente plasmou representações similares. Para o Rio Grande do Sul, tem sentido falar em um “nós” identitário que abrange a vizinhança platina, à frente da qual “estranhos” poderiam ser os brasileiros do norte.

Poder-se-á argumentar que, aos olhos dos outros – o tão cobiçado Primeiro Mundo –, brasileiros constroem para si uma identidade particular, distinta enquanto imagem e discurso do restante dos latino-americanos.